

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA Nº 047/2015 SESSÃO ORDINÁRIA - 07/12/2015

1 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 125/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício de 2016. Parecer Jurídico nº 125/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 029/2015 – pela apreciação do Plenário. Processo nº 14487.

2 – 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 198/2013 – SERGIO MORACIR CALIXTO** - Dispõe sobre a autorização para a prefeitura municipal a instalar sistema de gravação por câmeras de vídeo nos asilos, casas de repouso, creches, escolas de ensino fundamental, berçários municipais e afins e dá outras providências. Processo nº 13855.

3 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 086/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** – Revoga o artigo 21 e seu Parágrafo Único da Lei 4829/2014. Processo nº 14424.

4 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 091, de 22 de dezembro de 2014 e dá outras providências. Processo nº 14460.

5 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 093, de 22 de dezembro de 2014 e dá outras providências. Processo nº 14461.

6 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 112/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 023, de 20 de setembro de 2007 e dá outras providências. Processo nº 14462.

7 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Altera a redação do caput do artigo 174-A da Lei Complementar nº 017/07 e do caput do artigo 110 da Lei Complementar nº 023/07. Processo nº 14493.

8 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 138/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3777, de 15 de outubro de 2007, que instituiu o Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal e dá outras providências. Processo nº 14500.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

9 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 024, de 15 de outubro de 2007, Estatuto do Magistério Público Municipal de Rio Claro e dá outras providências. Processo nº 14502.

10 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 141/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Autoriza o Município a vender ao proprietário lindeiro uma área de 15,45 metros quadrados. Processo nº 14503.

11 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 144/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Disciplina os procedimentos relativos aos depósitos judiciais e administrativos em dinheiro, tributários ou não tributários, bem como seus respectivos acessórios, de que trata a Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, que alterou a Lei Complementar 148, de 25 de novembro de 2014, revogou as Leis 10.819, de 16 de dezembro de 2003 e 11.429, de 26 de dezembro de 2006 e dá outras providências. Processo nº 14506.

12 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 145/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Autoriza o Município de alienar área de 7,61m² a proprietário lindeiro. Processo nº 14507.

13 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 075/2015 – JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** – Estabelece normas para geração, transporte e destinação dos resíduos sólidos inertes no âmbito do Município de Rio Claro. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU.** Processo nº 14410.

14 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 209/2014 – JOÃO TEIXEIRA JUNIOR** – Altera o artigo 1º da Lei nº 4776, de 03 de setembro de 2014 e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 209/2015 – pela legalidade com ressalva. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 158/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 03/2015 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 01/2015 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 03/2015 – pela aprovação. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR JOÃO TEIXEIRA JUNIOR.** Processo nº 14260.

15 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 034/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa da Fundação Pública Municipal de Rio Claro SP “Ulysses Silveira Guimarães” – FUNDUSG, cria cargos e dá outras providências. Jurídico nº 034/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão Conjunta – pela aprovação. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL.** Processo nº 14359.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

16 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 102/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** - Cria um cargo de Procurador Judicial para o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. Parecer Jurídico nº 102/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão Conjunta – pela aprovação. Ofício GP. 1186/15. Processo nº 14451.

17 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 156/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** – Constitui procedimento para a cobrança da Dívida Ativa da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro, entidade da administração indireta do Município de Rio Claro, e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 156/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão Conjunta – pela aprovação. Processo nº 14518.

18 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 157/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** – Dispõe sobre a distribuição de honorários advocatícios aos integrantes da Procuradoria Judicial da Fundação Municipal de Saúde. Parecer Jurídico nº 157/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão Conjunta – pela aprovação. Processo nº 14519.

19 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 162/2015 – PREFEITO MUNICIPAL** – Altera a Lei Complementar nº 023 de 20 de setembro de 2007, e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 162/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão Conjunta – pela aprovação. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DE VEREADORES.** Processo nº 14526.

20 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 081/2015 – JOÃO TEIXEIRA JUNIOR** – Altera o parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar nº 20 de 20 de abril de 2007. Parecer Jurídico nº 081/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 050/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana, Rural e Meio Ambiente nº 10/2015 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 70/2015 – pela aprovação. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR JOÃO TEIXEIRA JUNIOR.** Processo nº 14420.

21 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 113/2015 – ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI** - Regulamenta no Município de Rio Claro a Prestação de Contas das entidades, sociedades civis, associações ou fundações, Declaradas de Utilidade Pública Municipal para perceberem autorização para a Concessão de Auxílios e Subvenções, através de Termo de Parceria. Parecer Jurídico nº 113/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 092/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 28/2015 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 67/2015 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 74/2015 – pela aprovação. Processo nº 14465.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Ofício nº 1.168 /2015.

Rio Claro, 30 de setembro de 2015.

Assunto: Encaminha projeto de lei que dispõe sobre o Orçamento do Município para o exercício de 2016.

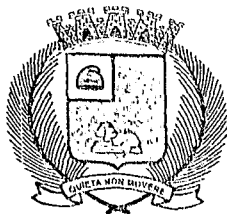
Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., em obediência ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, para a apreciação e votação por parte dos membros dessa Egrégia Casa, projeto de lei que dispõe sobre o Orçamento para o exercício de 2016, compreendendo a administração direta e a indireta.

A elaboração do projeto obedeceu às normas constitucionais em vigor e à legislação pertinente, particularmente a Lei Federal nº. 4320/64, a Lei Complementar Federal nº101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município bem como as Instruções e Portarias reguladoras editadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pelo Ministério da Fazenda.

Os programas e ações constantes do projeto estão perfeitamente compatíveis com os demais instrumentos da sistemática de planejamento orçamentário, consoante dispõe o art. 165 da Constituição Federal.

Handwritten signature and date: 30.9.15

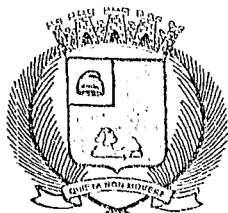


Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O projeto de lei orçamentária, ora encaminhado à apreciação dessa Casa Legislativa, observa os Programas concebidos no Plano Plurianual para o período 2014/2017, elaborado nos termos do art. 165, § 1º, da Magna Carta, e classificações definidas pelas normas editadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Fazenda.

Adicionalmente aos comentários anteriores e atendendo ao solicitado pelo art. 22, I, da Lei Federal 4.320/64, apresento, abaixo, demonstrativos referentes às dívidas consolidada e flutuante do município; os saldos de créditos adicionais especiais ainda não utilizados; e a restos a pagar inscritos e ainda não pagos, bem como a outros compromissos financeiros exigíveis.



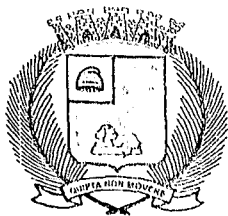
Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Tabela 1

DÍVIDA CONSOLIDADA Posição em 31.08.2015 – Em R\$ 1,00		
Especificação	Saldo Devedor (*)	Mês de Vencimento Do Contrato
Dívida Contratada		
Administração Direta:		
Banco do Brasil Resol.98/92-DMLP	5.159.985,19	
CEF.Cont.0293.597-80/10-Saneamento	16.788.276,47	31/12/2032
CEF Cont.0290234-9-09 – Provias	22.957,91	
CEF Cont.0294.958-75/2010-Pró Moradia	17.279.086,65	31/12/2034
CEF Cont.0295.437-95/2010-Pró Moradia	224.691,78	31/12/2029
CEF Cont.0353094-85-PAC 2 Terra Nova	2.255.432,31	31/12/2032
CEF Cont.0353102-84-PAC 2 Bom Sucesso	1.675.451,66	31/12/2032
CEF Cont.0353106-20-PAC 2 Centenário	2.363.567,66	31/12/2032
CEF Cont.0409305-30/2014- CPAC	4.094.085,47	
Subtotal	49.863.535,10	
Outras Dívidas – Acordos		
Administração Direta:		
INSS Parcelamento 112/99	68.714,669,64	30/11/2019
C.E.F.-FGTS Parcel.2013.002488	98.360,51	28/05/2028
Parc.Rec.Federal Proc.13888.722838/201394	222.285,04	31/01/2019
Parc.Receita Federal - PASEP	809.541,45	15/01/2019
Instituto de Previdência do Município RC	4.553.513,23	21/04/2019
Instituto de Previdência do Município RC	5.123.017,07	21/04/2019
Elektro Eletricidade e Serviços Ltda	2.219.120,06	
Precatórios	35.027.907,97	
Administração Indireta:		
FGTS Parcelamento – Saúde	6.491.449,42	28/05/2028
Instituto de Previdência do Município RC	2.865.883,40	21/04/2019
Precatórios - Saúde	30.489.045,60	
Elektro – Daac	6.475.358,99	30/04/2015
Pasep - Daac	219.565,16	30/04/2018
INSS – Daac	1.588.307,82	31/03/2018
Contrapartida STN	436.344,11	
Precatórios - Daac	3.109.486,92	
Subtotal	168.443.856,39	
TOTAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA	218.307.391,49	

(*) exclui valores inscritos em restos a pagar



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Tabela 2

DÍVIDA FLUTUANTE	
Posição em 31.08.2015 – Em R\$ 1,00	
Especificação	Valor
Restos a Pagar (inclusive serviço da dívida)	
Administração Direta	3.173.608,59
Administração Indireta	
Fundação Municipal de Saúde	59.224.576,75
Departamento Autônomo de Água e Esgoto	12.988.176,35
Arquivo Público	7.963,14
Instituto de Previdência do Município	7.799,73
Subtotal	75.402.124,56
Depósitos	
Administração Direta	6.908.271,67
Fundação Municipal de Saúde	275,00
Subtotal	6.908.546,67
Consignações	
Administração Direta	1.229.614,26
Administração Indireta	
Departamento Autônomo de Água e Esgoto	3.015.165,54
Fundação Municipal de Saúde	6.564,942,21
Subtotal	10.809.722,01
TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE	93.120.393,24



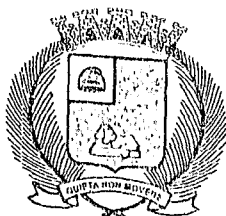
Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Tabela 3

SALDOS DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS	
Posição em 31.08.2015 - Em R\$1,00	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Administração Direta	
Subtotal	
Administração Indireta	
Subtotal	

As receitas estimadas para 2016 incluídas na proposta ora apresentada podem ser sintetizadas na forma do quadro abaixo:

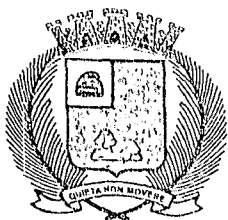


Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Tabela 4

RECEITA	VALOR
Administração Direta:	
Imp.sobre a Prop. Predial e Territ. Urbana	54.500.000,00
Imp. sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis	7.500.000,00
Imp. sobre Serviços de Qualquer Natureza	47.300.000,00
Imp. de Renda Retido na Fonte	20.400.000,00
Taxa de Coleta de Lixo	710.000,00
Outras Taxas	5.190.000,00
Contribuição Iluminação Pública	11.000.000,00
Dívida Ativa	5.536.000,00
Multas e Juros de Mora	10.161.000,00
Receita Patrimonial	1.502.500,00
Fundo de Participação dos Municípios	66.000.000,00
Transf. de IPI / Exportações	2.000.000,00
Outras Transferências da União	22.247.000,00
Transf. do Imp. Circulação de Mercadorias	191.000.000,00
Transf. do Imp. Sobre Veículos Automotores	34.000.000,00
Outras Transferências do Estado	628.000,00
Transf. do Fundeb	75.000.000,00
Demais Receitas	11.773.500,00
Receitas de Capital	9.090.000,00
(-) Dedução de Receita para Formação do Fundeb	57.740.000,00
Subtotal	517.798.000,00
Administração Indireta - Receitas Próprias	
Arquivo Público e Histórico do Município	25.000,00
Câmara Municipal de Rio Claro	-
Departamento de Água e Esgoto	91.729.600,00
Fundação Ulysses Guimarães	-
Fundação Municipal de Saúde	44.866.000,00
Instituto de Previdência	83.200.000,00
Subtotal	219.820.600,00
TOTAL DA RECEITA MUNICIPAL	737.618.600,00



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Na realização das estimativas da receita foram observadas as normas constantes do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme anexo específico integrante do projeto de lei, tudo com base na metodologia de cálculo e premissas utilizadas, a seguir descritas:

Crescimento no aumento da Receita de 5%

Convênios a serem firmados para o exercício de 2016

Aumento da alíquota dos impostos municipais.

Previsão dos repasses mensais de FPM, IPI, ICMS

Na proposta que estamos apresentando, o mandamento constitucional que determina a aplicação de, pelo menos, 25% das receitas resultantes de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino está sendo observado, conforme demonstrativos abaixo, que mostram, também, as demais vinculações legais existentes em favor do ensino:

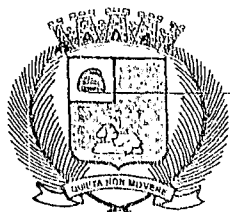


Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Tabela 5

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	RECEITA BRUTA	%	VALOR A APLICAR
Receitas Resultantes de Impostos (CF, art.212):			
Imp. sobre a Prop.Predial e Territ. Urbana	54.500.000,00	25%	13.625.000,00
Imp.sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis	7.500.000,00	25%	1.875.000,00
Imp.sobre Serviços de Qualquer Natureza	47.300.000,00	25%	11.825.000,00
Imp. de Renda Retido na Fonte	20.400.000,00	25%	5.100.000,00
Divida Ativa de Impostos	4.902.000,00	25%	1.225.500,00
Multas e Juros de Mora de Impostos	1.807.000,00	25%	451.750,00
Quota-Parte do Fundo de Participação do Município	66.000.000,00	25%	16.500.000,00
Quota-Parte do Imposto territorial Rural	200.000,00	25%	50.000,00
Quota-Parte do IPI – Exportações	2.000.000,00	25%	500.000,00
Compensação Financeira LC 87 /96 (Lei Kandir)	900.000,00	25%	225.000,00
Quota-Parte do Imposto s/Cir.de Merc.e Serv.	191.000.000,00	25%	47.750.000,00
Atualiz. Monetária de Impostos	1.106.000,00	25%	276.500,00
Quoto-Parte do Imposto s/a Prop. De Veiculos Aut.	34.000.000,00	25%	8.500.000,00
(-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	(57.740.000,00)	100%	(57.740.000,00)
SUBTOTAL A SER APLICADO (CF.,art. 212)	373.875.000,00		50.163.750,00
Outras Receitas Vinculadas ao Ensino:			
Transferências da QESE (Salário Educação)	11.000.000,00	100%	11.000.000,00
Outras Transferências da União vinculadas ao ensino	3.197.000,00	100%	3.197.000,00
Outras Transferências do Estado vinculadas ao ensino	0,00	100%	0,00
Receita Recebida do FUNDEB (retorno)	75.000.000,00	100%	75.000.000,00
Rend. de Aplicação Financeira do FUNDEB	100.000,00	100%	100.000,00
TOTAL MINIMO A SER APLICADO NO ENSINO	463.172.000,00		139.460.750,00



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Tabela 6

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	VALOR
APLICAÇÕES CONFORME ART. 212 DA CF	
07.01.00 - Manutenções da Secretaria	12.894.000,00
07.02.00 - Ensino Fundamental	77.854.000,00
07.03.00 - Educação Pré Escolar e Creches	51.399.500,00
07.04.00 - Merenda Escolar	9.587.500,00
SUBTOTAL	151.735.000,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB	75.100.000,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA QESE (Salário Educação)	11.037.000,00
APLICAÇÕES DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ensino	3.197.000,00
APLICAÇÕES DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO – ensino	0,00
TOTAL APLICADO NO ENSINO	241.069.000,00
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (Total da Tabela 5)	139.460.750,00

NOTA: Nas aplicações acima, incluem-se as despesas orçamentárias de todas as entidades do Município.

Ao preparar sua proposta, o Executivo obedeceu ao dispositivo constitucional constante da EC nº53/2006, vinculando os recursos do Fundeb na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental e na educação infantil, assim como as demais vinculações legais existentes.



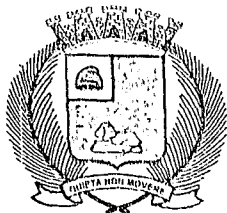
Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

No que respeita às ações e serviços públicos de saúde, o município tem por obrigação destinar, em 2016, pelo menos 15% das receitas de impostos, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº. 141/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7827/2012. Os demonstrativos abaixo comprovam o atendimento a esse mandamento legal:

Tabela 7

RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITA BRUTA
Imp. sobre a Prop.Predial e Territ. Urbana	54.500.000,00
Imp.sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis	7.500.000,00
Imp.sobre Serviços de Qualquer Natureza	47.300.000,00
Imp. de Renda Retido na Fonte	20.400.000,00
Dívida Ativa de Impostos	4.902.000,00
Multas e Juros de Mora de Impostos	1.807.000,00
Quota - Parte do fundo de Participação dos Municípios	66.000.000,00
Quota - Parte do Imposto Territorial Rural	200.000,00
Quota - Parte do IPI – Exportações	2.000.000,00
Quota - Parte do imposto s/Circ. de Mercadorias e Serviços	191.000.000,00
Quota - Parte do Imposto s/ a Prop.de Veículos Automotores	34.000.000,00
Transferência LC 87/96 - Lei Kandir	900.000,00
Correção Monetária Dívida Ativa de Impostos	1.106.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS	431.615.000,00
15% VINCULADOS ÀS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DE SAÚDE	64.742.250,00



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

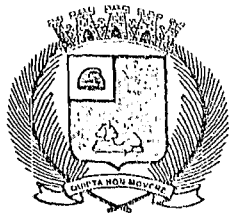
Tabela 8

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	VALOR
APLICAÇÕES: Transferências Financeiras	110.000.000,00
TOTAL APLICADO	110.000.000,00
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA (Total da Tabela 7)	64.742.250,00

NOTA: Nas aplicações acima, incluem-se as despesas orçamentárias de todas as entidades do Município.

O orçamento municipal compreende a administração direta e indireta, nesta incluso o orçamento de investimento das empresas, nas quais o Município detém a maioria das ações com direito a voto. O orçamento da seguridade social é representado por todas as ações das áreas de saúde, previdência e assistência social constantes dos orçamentos da administração direta, das autarquias e das fundações.

Os recursos orçamentários do Município serão aplicados segundo os quadros que se encontram no Projeto de Lei, artigo 5º, que mostram a sua distribuição por órgão e por função de governo.



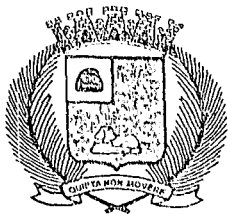
Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Na definição das despesas a serem incluídas no orçamento, apresentadas de forma agregada nas duas tabelas anteriores, o primeiro critério adotado por meu governo foi o de cumprir as exigências contidas na legislação pertinente, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, como a limitação dos gastos com pessoal do Executivo e do Legislativo, obedecido, neste caso, também, os limites fixados pelo artigo 29-A da Constituição Federal; destinação de recursos para o pagamento do serviço da dívida de modo a obedecer aos limites legais constantes de Resolução do Senado Federal; cumprimento de sentenças judiciais e pagamento de outras despesas de caráter obrigatório. O segundo critério foi o de destinar recursos para a manutenção de todos os serviços atualmente prestados à comunidade e realização de investimentos que possibilitem a ampliação e melhoria dos mesmos. Quanto aos projetos, a prioridade foi a de garantir recursos para o prosseguimento daqueles já iniciados e para manutenção do patrimônio público municipal para, depois, destinar recursos para os novos projetos.

Com relação aos fundos especiais, para os efeitos do art. 2º, § 2º, inciso I, da Lei nº 4.320/64, a discriminação de suas receitas faz parte do quadro geral de receitas integrante do presente objeto. Os planos de aplicação estão definidos segundo unidades orçamentárias criadas para cada fundo existente no município.

A propositura prevê os instrumentos de ajuste do orçamento, por meio do mecanismo correspondente, ou seja, a abertura de créditos adicionais suplementares, cujo pedido de autorização foi incluído neste projeto.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

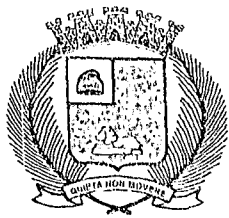
Estado de São Paulo

O projeto contempla reservas de contingência nos montantes definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos em que dispõe art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em complemento ao que já foi exposto e atendendo ao disposto no art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são apresentados mais cinco anexos a esta mensagem, a saber:

- Anexo I – Demonstrativo de modificação do PPA;
- Anexo II – Demonstrativo das Transferências Financeiras;
- Anexo III – Demonstrativo do Efeito sobre Receitas e Despesas Decorrente de Concessão de Benefícios Tributários, Creditícios e Financeiros;
- Anexo IV – Demonstrativo das Medidas de Compensação a Renúncias de Receitas;
- Anexo V – Demonstrativo das Medidas de Compensação ao Aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e

Com esta exposição espero ter oferecido aos Senhores Vereadores todas as informações de que necessitam para bem compreender o conteúdo da proposta ora submetida à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Por outro lado, permaneço à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários e reafirmo a certeza de que os Senhores Edis saberão dar ao projeto a atenção a que faz jus, por ser o mais importante instrumento de implementação das ações que o Município realiza para bem servir sua população.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos ilustres Senhores Vereadores os meus protestos da mais alta consideração e distinto apreço.

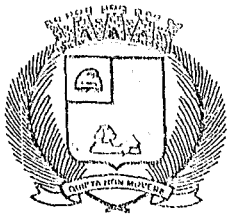
Atenciosamente,

ENG. PALMINIO ALTIMARI FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor

JOÃO LUIZ ZAINE

D.D.Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro



Prefeitura Municipal de Rio Claro
Estado de São Paulo

ANEXO III
Demonstrativo do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de concessão de benefícios tributários, creditícios e financeiros.

Benefícios	Estimativa R\$	Efeito sobre receita / despesa orçamentária	
		% sobre	
		Receita	Despesa
1. Creditícios			
2. Financeiros			
3. Fiscais			

ANEXO IV
(Arts. 5º ,II, e 14 da LRF)
Demonstrativo das medidas de compensação a renúncias de receitas

Setores / Programas / Beneficiários	Tributos / Contribuição	Compensação	Valor R\$ 1,00

ANEXO V
(Arts. 5º ,II, 2º part, e 17 da LRF)

Demonstrativo das medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Discriminação docc novas	Medida de Compensação	Valor Estimado R\$ 1,00

CN-SIPPV	MUNICÍPIO DE RIO CLARO										COTA-M
	PROJETO DE LEI:										
	MENSAGEM - ANEXO I										ANEXO I
	ORÇAMENTO PROGRAMA 2016										
	DEMONSTRATIVO DAS MODIFICAÇÕES DO PPA POR PROGRAMA EM RELAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO 2014 - 2017										
	2019	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE RH - HOSPITAL DO	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.		0	60	0	39
	2021	CURSOS, SIMPOSIOS, TREINAMENTO E CAPACITACAO DE RH-	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	EVENTOS/UNID		0	4	0	7
	2014	GESTAO DAS ACOES DO HOSPITAL DO CERU/222AO	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	POSCENTAGEM /%		0	35	0	32
	2150	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH - U.P.A	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.		0	200	0	20.815
	2220	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH - C.E.A.D.	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.		0	118	0	7.156
	2256	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE R.H.-MAC	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FORCENTAGEM /%		0	0	2.997	44.701
	2355	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH -LABOR.A.CLI	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID		0	43	0	1.930
	2360	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH- CEO	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.		0	73	0	3.363
	2563	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH-CAFS	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.		0	115	0	4.479
	2566	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH-CPREST	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.		0	22	0	1.544
	2570	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH-SETOR TRANS-	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.		0	114	0	4.815
	2572	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH-CHI	10	302	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.		0	64	0	3.909
							Total das Acoes Alteradas			2.997	55.787
	Programa : 1011	VIGILANCIA SEMPRE ALERTA									
	Acao		Puntac	Sub Puntac	Orgao Executor	Produto / Unidade da Medida	Meta Fisica 2016	Meta Fisica 2014 - 2017	Valor 2016	Valor 2014 - 2017	
	Acoes Alteradas										
	2375	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH-DST	10	305	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.	0	64	0	0	2.589
	2378	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH-CCZ	10	305	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.	0	178	0	0	3.532
	2381	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH-VE	10	305	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.	0	32	0	0	2.647
	2383	GERENCIAMENTO DO PLANEJGI-VIGISUS	10	305	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FORCENTAGEM /%	0	390	0	0	98
						Total das Acoes Alteradas			0	0	8.316
	Acoes Incluídas										
	2258	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH- CMS	10	305	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FORCENTAGEM /%	0	0	2.000	0	2.000
						Total das Acoes Incluídas			2.000	0	2.000
	Programa : 1019	ASSISTENCIA FARMACEUTICA AO CIDADAO									
	Acao		Puntac	Sub Puntac	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica 2016	Meta Fisica 2014 - 2017	Valor 2016	Valor 2014 - 2017	
	Acoes Alteradas										
	2030	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE RH-FARMACIA	10	303	FUND. MUNIC. DE SUDE.	FUNCIIONARIOS/UNID.	9	35	221	0	1.018

MUNICIPIO DE RIO CLARO										CONSUM	
PROJETO DE LEI											
MENSAGEM - ANEXO I											
ORÇAMENTO PROGRAMA 2016											
DEMONSTRATIVO DAS MODIFICAÇÕES DO PPA POR PROGRAMA, EM RELAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO 2014 - 2017											
CN-SI2PM	ANEXO I										
2259 DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE ORDEM											
2589 COMPONENTES BÁSICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	10	303	FUND.MUNIC. DE SAUDE	100	0	100	700	1.100			
	10	303	FUND.MUNIC. DE SAUDE	85	335	59	1.859				
Total das Acoes Alteradas											
						990	3.985				
Programa : 1010 INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVICOS DE SAUDE											
Acoes Alteradas											
Acao	Sub	Funcao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Meta Fisica	Valor	Valor			
					2016	2014 - 2017	2015	PPA - 2014 - 2017			
1041 CONSTR.,REFORMAS E AMPL.UNID.ADMINISTRATIVAS											
1299 CONSTRUÇOES,REFORMAS E APLICACAO DO CAPS	10	122	FUND.MUNIC. DE SAUDE	UNIDADE/UNIDADE	1	3	20	180			
	10	122	FUND.MUNIC. DE SAUDE	OBRAS REALIZADAS/UNID.	1	4	520	2.091			
Total das Acoes Alteradas											
						540	2.271				
Programa : 2001 GESTAO DAS POLITICAS DE EDUCACAO											
Acoes Alteradas											
Acao	Sub	Funcao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Meta Fisica	Valor	Valor			
					2015	2014 - 2017	2016	PPA - 2014 - 2017			
1002 CONSTR.2.M.SUELI MARIN											
1003 REFORMA E APLICACAO E M.HAMILTON PRADO	12	361	S.M.DA EDUC.	M2 CONSTRUCAO/M2	0	1.100	50	700			
1007 REFORMA E APLICACAO E.M.PAULO ROELUS	12	361	S.M.DA EDUC.	M2 CONSTRUCAO/M2	0	1.000	420	2.128			
1049 CONSTRUCAO DO MURO DE AERINO NA EM ARMANDO GRISI-	12	361	S.M.DA EDUC.	M2 CONSTRUCAO/M2	0	1.600	53	553			
1052 CONSTRUCAO DE MURO DA ESCOLA CAIC-CENTRO ATENCAO	12	361	S.M.DA EDUC.	PERCENTAGEM /%	0	100	200	100			
2076 AMORTIZACAO DE DIVIDAS INTRA	12	122	S.M.DA EDUC.	PERCENTAGEM /%	0	200	1	261			
2211 FORMACAO CONTINUADA	12	365	S.M.DA EDUC.	PERCENTAGEM /%	0	100	2.000	3.836			
					0	0	100	200			
Total das Acoes Alteradas											
						2.504	8.279				
Programa : 3001 GESTAO DA POLITICA DE ESPORTE E LAZER											
Acoes Alteradas											
Acao	Sub	Funcao	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Meta Fisica	Valor	Valor			
					2016	2014 - 2017	2016	PPA - 2014 - 2017			
1015 AQUISICAO,CONSTR.REFORMA E MANUT.EQUIP.ESPORTIVOS											
	27	813	S.M. ESPORT.	UNIDADE/UNIDADE	0	111	0	289			

CN-SIPEN										MUNICIPIO DE RIO CLARO										CONSUM																			
										PROJETO DE LEI																													
										MENSAGEM - ANEXO I																													
										ORÇAMENTO PROGRAMA 2016										ANEXO I																			
										DEMONSTRATIVO DAS MODIFICAÇÕES DO PPA POR PROGRAMA EM RELACAO AO PLANO PLURIANUAL DO MUNICIPIO PARA O PERIODO 2014 - 2017																													
										1017 CONSTRUCAO ARQUIBANCADA NO ESTADIO MUNICIPAL										27 813 S.M. ESPORT.										0 14.000 50 520									
																				Total das Acoes Alteradas										809									
Programa : 3002										EXPANSAO E INCLUSAO CULTURAL																													
Acao										Funcao Sub Funcao Orgao Executor										Produto / Unidade de Medida										Meta Fisica Meta Fisica Valor Valor									
										Funcao Funcao Funcao Orgao Executor										2016 2014 - 2017 2016 PPA - 2014 - 2017																			
Acoes Alteradas																																							
2-61 ESPACOS CULTURAIS										13 392 S.M.CULT.										10 32 1.120 4.452																			
2162 DIVERSIDADE CULTURAL										13 392 S.M.CULT.										6 22 8 124																			
2202 ACOES PARA PROMOCAO DE IGUALDADE RACIAL										13 392 G.P.										0 100 45 90																			
2207 ACESSIBILIDADE (CENTRO CULTURAL ROBERTO FALMARI)										13 392 S.M.CULT.										0 200 10 17																			
																				Total das Acoes Alteradas										1.184 4.593									
Programa : 3003										PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL DE RIO CLARO																													
Acao										Funcao Sub Funcao Orgao Executor										Produto / Unidade de Medida										Meta Fisica Meta Fisica Valor Valor									
										Funcao Funcao Funcao Orgao Executor										2016 2014 - 2017 2016 PPA - 2014 - 2017																			
Acoes Alteradas																																							
2001 DESPESAS DE REGIME DE ADIANTAMENTO										04 122 ARQUIVO PUB. E HISTORICO										0 0 24 111																			
2997 CONCURSOS CULTURAIS E FOTOGRAFICOS										04 122 ARQUIVO PUB. E HISTORICO										0 0 10 15																			
																				Total das Acoes Alteradas										34 127									
Programa : 4001										GESTAO DAS POLITICAS SOCIAIS																													
Acao										Funcao Sub Funcao Orgao Executor										Produto / Unidade de Medida										Meta Fisica Meta Fisica Valor Valor									
										Funcao Funcao Funcao Orgao Executor										2016 2014 - 2017 2016 PPA - 2014 - 2017																			
Acoes Alteradas																																							
1001 OBRAS DIVERSAS										08 244 S.M.A.SOCIAL										1.000 5.295 1.093 2.947																			
1029 REFORMAS										08 244 S.M.A.SOCIAL										0 1.350 0 103																			
2002 DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTACAO DE A.H.										08 244 S.M.A.SOCIAL										121 484 2.394 14.298																			

MUNICÍPIO DE RIO CLARO										CONFIRM
CN-SIFPM										
PROJETO DE L21										
MENSAGEM - ANEXO I										ANEXO I
ORÇAMENTO PROGRAMA 2016										
DEMONSTRATIVO DAS MODIFICAÇÕES DO PPA POR PROGRAMA EM RELAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO 2014 - 2017										
2054 ABRIGAMENTO SOCIAL-PISO PISO MEDIA COMPLEXIDADE2	08	244	S.M.A.SOCIAL	UNIDADES/UNIDADE	0	200	60	210		
2120 INVESTIMENTO EM MODERNIZAÇÃO	08	244	S.M.A.SOCIAL	SETORES/UNID.	0	4	170	248		
2122 REORGANIZAMENTO DE ABRIGOS(PROT.SOC.BSP.)	08	244	S.M.A.SOCIAL	SETORES/UNID.	0	14	0	134		
2124 REDEJA CIDADADA (PROT.SOC.BAS.)	08	244	S.M.A.SOCIAL	SETORES/UNID.	0	8	0	2		
2125 PISO PAULISTA (PROT.SOC.BAS.)	08	244	S.M.A.SOCIAL	SETORES/UNID.	0	22	0	12		
2126 PISO BASICO VARIÁVEL II (PROT.SOC.BAS.)	08	244	S.M.A.SOCIAL	SETORES/UNID.	0	22	0	28		
2127 PISO VARIÁVEL (PROT.SOC.BSP.DE MEDIA COMPL.)	08	244	S.M.A.SOCIAL	SETORES/UNID.	0	2	0	24		
2132 PISO TRANSIÇÃO MEDIA COMPL.(PROT.SOC.MED.COMPL.)	08	244	S.M.A.SOCIAL	SETORES/UNID.	0	2	0	86		
2133 MATERIAIS PERMANENTES	08	244	S.M.A.SOCIAL	EQUIPAMENTOS/UNIDADE2	0	290	0	135		
2135 REPASSE DO EDITAL 003/2011- SENAES	08	244	S.M.A.SOCIAL	UNIDADES/UNIDADE	0	2	153	1.341		
2136 REPASSE DO EDITAL 004/2011- SENAES	08	244	S.M.A.SOCIAL	UNIDADES/UNIDADE	0	2	110	351		
2137 ACESSUAS TRABALHO	08	244	S.M.A.SOCIAL	PESSOAS/UNIDADES	0	1.605	0	900		
2140 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	08	244	S.M.A.SOCIAL	PESSOAS/UNIDADES	0	318	0	1.800		
2142 ALUGUEL SOCIAL	08	244	S.M.A.SOCIAL	FAMÍLIAS ATENDIDAS/UNIDADE2	0	50	0	600		
2166 CRIAÇÃO DE FUNDO SOLIDARIO	08	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	100	0	200		
2217 MANUTENÇÃO DO CRAS	08	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	0	101	156		
2244 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	08	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	0	101	201		
2245 MANUTENÇÃO DO CENTRO DIA DO IDOSO	08	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	0	101	351		
2246 MANUTENÇÃO DO CNAC	08	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	0	101	541		
2247 MANUTENÇÃO DOS CENTROS COMUNITARIOS	08	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	0	11	21		
2248 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDARIA	08	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	0	11	21		
2249 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS CRIANÇA E ADOLESC.	08	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	0	51	101		
2250 MANUTENÇÃO DA CASA DOS CONSELHOS	08	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	0	31	61		
2251 MANUTENÇÃO DO FUNDO SOLIDARIO	03	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	0	101	201		
2253 PSV- SERVIÇO DE PORTALENÇAMENTO DE VINCULOS	03	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	0	209	548		
2255 SERV. PROTEÇÃO E ATEND. INTEGRAL À FAMÍLIA- PAIP	08	244	S.M.A.SOCIAL	PERCENTAGEM /%	0	0	43	193		
Total das Ações Alteradas							5.279	25.915		
Programa : 5002 MANUTENCAO ADMINISTRATIVA SERVICOS DE AGUA/ESGOTO										
Ações Alteradas										
2010 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA - DAE	17	122	DEPTO AUT. DE AG. E ESG.	FORCENTAGEM /%	0	0	4.000	6.050		
2078 RECURSOS HUMANOS	17	122	DEPTO AUT. DE AG. E ESG.	UNIDADES/UNIDADE	73	286	3.467	20.073		
2081 SERVICOS	17	122	DEPTO AUT. DE AG. E ESG.	FORCENTAGEM /%	0	200	0	2.191		
Total das Ações Alteradas							7.467	26.324		
Programa : 5004 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE RELACOES COM USUARIOS										
Ações Alteradas										
2081 SERVICOS	17	122	DEPTO AUT. DE AG. E ESG.	FORCENTAGEM /%	0	200	0	129		

CN-SIPPM										MUNICIPIO DE RIO CLARO										CONSUM									
										PROJETO DE L21																			
										MENSAGEM - ANEXO I																			
										ORÇAMENTO PROGRAMA 2016																			
										DEMONSTRATIVO DAS MODIFICAÇÕES DO PPA POR PROGRAMA EM RELAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO 2014 - 2017										ANEXO I									
										Total das Ações Alteradas										0									
Programa : 5005										PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DE ESGOTO																			
Ação																													

CN-SIPRM	MUNICÍPIO DE RIO CLARO										CONAM										
PROJETO DE L21																					
MENSAGEM - ANEXO I																					
ORÇAMENTO PROGRAMA 2015																					
DEMONSTRATIVO DAS MODIFICAÇÕES DO PPA POR PROGRAMA EM RELAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO 2014 - 2017																					
Total das Ações Incluídas											1.000										
1.000											1.000										
Programa : 5010 INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA																					
</																					

CN-SIPPM										MUNICIPIO DE RIO CLARO										CONAM									
										PROJETO DE LEI										ANEXO I									
										MENSAGEM - ANEXO I																			
										ORÇAMENTO PROGRAMA 2016																			
										DEMONSTRATIVO DAS MODIFICACOES DO PPA POR PROGRAMA EM RELACAO AO PLANO PLURIANUAL DO MUNICIPIO PARA O PERIODO 2014 - 2017																			
										Total das Acoes Alteradas										0									
Programa : 6007										GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS																			
Acao																													
Acoes Alteradas																													

CN-SIPPM										MUNICIPIO DE RIO CLARO										CONVEM									
PROJETO DE LEI										ANEXO I										ANEXO I									
MENSAGEM - ANEXO I																													
ORÇAMENTO PROGRAMA 2016																													
DEMONSTRATIVO DAS MODIFICACOES DO EPA POR PROGRAMA EM RELACAO AO PLANO PLURIANUAL DO MUNICIPIO PARA O PERIODO 2014 - 2017																													
Total das Acoes Alteradas																													
0																													
5.000																													
Programa : 7001 GESTAO MUNICIPAL																													
Acao																													
Funcao																													
Sub																													
Funcao																													
Orgao Executor																													
Produto / Unidade de Medida																													
Meta Fisica																													
Meta Fisica																													
Meta Fisica																													
Valor																													
Valor																													
PPA - 2014 - 2017																													
Acoes Alteradas																													
2019 CONSELHO MUN-ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTAVEL																													
04																													
122																													
S.M.G.																													
Porcentagem / %																													
0																													
0																													
43																													
Total das Acoes Alteradas																													
0																													
43																													
Programa : 7003 Acao Legislativa																													
Acao																													
Funcao																													
Sub																													
Funcao																													
Orgao Executor																													
Produto / Unidade de Medida																													
Meta Fisica																													
Meta Fisica																													
Meta Fisica																													
Valor																													
Valor																													
PPA - 2014 - 2017																													
Acoes Alteradas																													
1114 POLITICACAO DE IMOVEIS- CAVARA																													
01																													
031																													
C.M.																													
Unidade/Unidades																													
0																													
0																													
0																													
Total das Acoes Alteradas																													
0																													
0																													
Programa : 5003 GESTAO DAS POLITICAS DE TRANSITO E TRANSPORTE																													
Acao																													
Funcao																													
Sub																													
Funcao																													
Orgao Executor																													
Produto / Unidade de Medida																													
Meta Fisica																													
Meta Fisica																													
Meta Fisica																													
Valor																													
Valor																													
PPA - 2014 - 2017																													
Acoes Alteradas																													
2066 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSITO																													
15																													
452																													
SEC. MUN. MOB. URB. SIST. VIA																													
DEPARTAMENTOS/UNID.																													
1																													
4																													
2.618																													
11.768																													
2204 PLACAS DE IDENTIFICACAO EM RUAS E AVENIDAS DO MUNI																													
15																													
452																													
SEC. MUN. MOB. URB. SIST. VIA																													
PORCENTAGEM / %																													
0																													
100																													
10																													
23																													
2265 APLICACAO DE CICLOPAVOS																													
15																													
452																													
SEC. MUN. MOB. URB. SIST. VIA																													
PORCENTAGEM / %																													
0																													
0																													
2																													
4																													
2267 PREVENCAO AOS ACIDENTES DE TRANSITO																													
15																													
452																													
SEC. MUN. MOB. URB. SIST. VIA																													
PORCENTAGEM / %																													
0																													
15																													
30																													
2296 SINALIZACOES DE TRANSITO																													
15																													
452																													
SEC. MUN. MOB. URB. SIST. VIA																													
PORCENTAGEM / %																													
0																													
0																													
5																													
10																													
Total das Acoes Alteradas																													
2.650																													
11.855																													
Acoes Incluidas																													
2298 PROJETOS E ESTUDOS DO SISTEMA VIARIO																													
15																													
451																													
SEC. MUN. MOB. URB. SIST. VIA																													
PORCENTAGEM / %																													
0																													
0																													
660																													
660																													

MUNICIPIO DE RIO CLARO										CONAM	
PROJETO DE LEI											
MENSAGEM - ANEXO II											
DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS											
										Página	1
										Valores em R\$ 1.00	
ENTIDADE ORIGEM	ENTIDADE DESTINO	FINALIDADE	PTB	CODIGO DE APLICACAO	VALOR PREVISTO						
PREFEITURA MUNICIPAL	CAMARA MUNICIPAL	ATENDER AS NECESSIDADES DA CAMARA MUNICIPAL	01	1100600	25.200.000,00						
PREFEITURA MUNICIPAL	FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENDER AS DESPESAS DA FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE	01	1100600	110.000.000,00						
PREFEITURA MUNICIPAL	ARQUIVO PUBLICO E HISTORICO DE RIO CLARO	ATENDER AS NECESSIDADES DO ARQUIVO	01	1100000	1.302.500,00						
PREFEITURA MUNICIPAL	FUNDACAO ULISSES SILVEIRA GUIMARAES	ATENDER AS NECESSIDADES DA FUND. ULISSES SILVEIRA GUIMARAES	01	1100000	980.000,00						
PREFEITURA MUNICIPAL	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO CLARO	PAGAMENTO DE BENEFICIOS DE RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA	01	1100000	3.800.000,00						
TOTAL						141.282.500,00					

FONTES (P) : 01 - TESOURO; 02 - TRANSFERENCIAS E CONVENIOS ESTADUAIS-VINCULADOS; 03 - RECURSOS PROPRIOS DE FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA-VINCULADOS; 04 - RECURSOS PROPRIOS DA ADMINISTRACAO INDIRETA;
05 - TRANSFERENCIAS E CONVENIOS FEDERAIS-VINCULADOS; 06 - OUTRAS FONTES; 07 - OPERACOES DE CREDITO; 9X - FONTES DE RECURSOS DE EXERCICIOS ANTERIORES



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI No 125/2015

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICIPIO PARA O EXERCICIO DE 2016.

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, prefeito Municipal de Rio Claro, estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

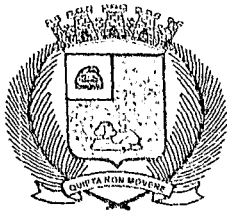
CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

CAPITULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I

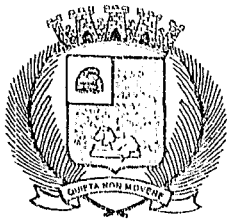
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Artigo 2o - A Receita Orçamentária e estimada na forma dos quadros I, I-A, II, III, e IV, que fazem parte integrante desta Lei, em R\$ 737.618.600,00 (setecentos e trinta e sete milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos reais) e se desdobra em:

I - R\$ 641.968.700,00 (seiscentos e quarenta e um milhões, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos reais) do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 95.649.900,00 (noventa e cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

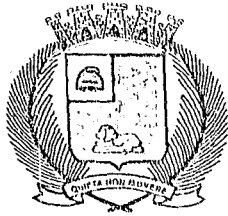
Artigo 3o - A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

E S P E C I F I C A Ç Ã O			
	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
receita tributária	135.600.000,00	0,00	135.600.000,00
receita de contribuições	11.000.000,00	0,00	11.000.000,00
receita patrimonial	1.502.500,00	0,00	1.502.500,00
receita de serviços	20.000,00	0,00	20.000,00
transferências correntes	396.459.000,00	0,00	396.459.000,00
outras receitas correntes	21.650.500,00	200.000,00	21.850.500,00
fundos	-57.740.000,00	0,00	-57.740.000,00
Total das Receitas Correntes	500.500.000,00	200.000,00	500.700.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
operações de crédito	800.000,00	0,00	800.000,00
alienação de bens	150.000,00	0,00	150.000,00
transferências de capital	8.140.000,00	0,00	8.140.000,00
Total das Receitas de Capital	9.090.000,00	0,00	9.090.000,00
Total da Administração Direta	517.590.000,00	200.000,00	517.790.000,00
2 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE			
RECEITAS CORRENTES			
receita tributária	623.000,00	0,00	623.000,00
receita patrimonial	277.600,00	18.200,00	295.800,00
transferências correntes	4.675.000,00	37.807.200,00	42.482.200,00
outras receitas correntes	402.000,00	0,00	402.000,00
Total das Receitas Correntes	5.977.600,00	37.825.400,00	43.803.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
transferências de capital	903.000,00	160.000,00	1.063.000,00
Total das Receitas de Capital	903.000,00	160.000,00	1.063.000,00
Total FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.880.600,00	37.985.400,00	44.866.000,00
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - DAAR			
RECEITAS CORRENTES			
receita tributária	1.500,00	1.500,00	3.000,00
receita patrimonial	310.010,00	0,00	310.010,00
receita de serviços	73.208.400,00	0,00	73.208.400,00
outras receitas correntes	8.077.190,00	0,00	8.077.190,00
Total das Receitas Correntes	81.625.100,00	1.500,00	81.626.600,00
RECEITAS DE CAPITAL			
alienação de bens	3.000,00	0,00	3.000,00
transferências de capital	10.100.000,00	0,00	10.100.000,00
Total das Receitas de Capital	10.103.000,00	0,00	10.103.000,00
Total DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - DAAR	91.728.100,00	1.500,00	91.729.600,00
ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIO CLARO			
RECEITAS CORRENTES			
receita patrimonial	15.000,00	0,00	15.000,00
outras receitas correntes	10.000,00	0,00	10.000,00
Total das Receitas Correntes	25.000,00	0,00	25.000,00
Total ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIO CLARO	25.000,00	0,00	25.000,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO CLARO			
RECEITAS CORRENTES			
receita de contribuições	0,00	17.055.500,00	17.055.500,00
receita patrimonial	21.305.000,00	0,00	21.305.000,00
outras receitas correntes	76.000,00	0,00	76.000,00
receitas correntes - intra-orçamentárias	4.356.000,00	40.407.500,00	44.763.500,00
Total das Receitas Correntes	25.737.000,00	57.463.000,00	83.200.000,00
Total INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO CLARO	25.737.000,00	57.463.000,00	83.200.000,00
3 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
receita tributária	136.224.500,00	1.500,00	136.226.000,00
receita de contribuições	11.000.000,00	17.055.500,00	28.055.500,00
receita patrimonial	23.410.110,00	18.200,00	23.428.310,00
receita de serviços	73.236.400,00	0,00	73.236.400,00
transferências correntes	401.134.000,00	37.807.200,00	438.941.200,00
outras receitas correntes	30.243.620,00	200.000,00	30.443.620,00
receitas correntes - intra-orçamentárias	4.356.000,00	40.407.500,00	44.763.500,00
fundos	-57.740.000,00	0,00	-57.740.000,00
Total das Receitas Correntes	621.072.700,00	95.489.900,00	716.562.600,00
RECEITAS DE CAPITAL			
operações de crédito	800.000,00	0,00	800.000,00
alienação de bens	153.000,00	0,00	153.000,00
transferências de capital	19.143.000,00	160.000,00	19.303.000,00
Total das Receitas de Capital	20.096.000,00	160.000,00	20.256.000,00
Total da Administração Direta e Indireta	641.968.700,00	95.649.900,00	737.618.600,00



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

SEÇÃO II

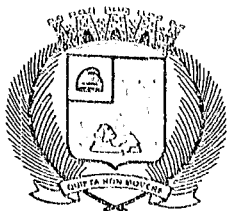
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Artigo 4o - A Despesa e fixada na forma dos quadros I, I-B, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI E XII, que fazem parte integrante desta lei, em R\$ 737.618.600,00 (setecentos e trinta e sete milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos reais), na seguinte conformidade:

I - R\$ 547.544.920,00 (quinhentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte reais) do Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 190.073.680,00 (cento e noventa milhões, setenta e três mil, seiscentos e oitenta reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Artigo 5o - A Despesa fixada esta assim desdobrada:



Prefeitura Municipal de Rio Claro

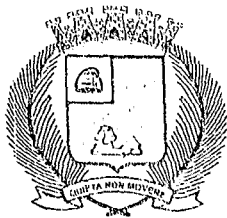
Estado de São Paulo

I - POR CATEGORIA ECONOMICA:

ESPECIFICACAO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1 - ADMINISTRACAO DIRETA			
DESPESAS CORRENTES	339.706.500,00	21.620.500,00	361.327.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	36.965.000,00	353.500,00	37.318.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA DO RPPS	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Total da Administracao Direta	377.671.500,00	21.974.000,00	399.645.500,00
2 - ADMINISTRACAO INDIRETA			
DESPESAS CORRENTES	76.494.310,00	160.132.180,00	236.626.490,00
DESPESAS DE CAPITAL	37.214.950,00	7.967.500,00	45.182.450,00
RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA DO RPPS	76.164.160,00	0,00	76.164.160,00
Total da Administracao Indireta	169.873.420,00	168.099.680,00	337.973.100,00
3 - ADMINISTRACAO DIRETA E INDIRETA			
DESPESAS CORRENTES	416.200.810,00	183.752.680,00	599.953.490,00
DESPESAS DE CAPITAL	54.179.950,00	8.321.000,00	62.500.950,00
RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA DO RPPS	77.164.160,00	0,00	77.164.160,00
Total da Administracao Direta e Indireta	547.544.920,00	190.073.680,00	737.618.600,00

II - POR ORGÃOS DE GOVERNO:

ESPECIFICACAO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1 - ADMINISTRACAO DIRETA			
CAMARA MUNICIPAL	25.200.000,00	0,00	25.200.000,00
CABINETE DO PREFEITO	6.255.000,00	1.234.000,00	7.489.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	963.500,00	0,00	963.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	34.872.100,00	0,00	34.872.100,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINAN	26.432.000,00	0,00	26.432.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGOCIOS JURIDI	9.197.000,00	0,00	9.197.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO	151.735.000,00	0,00	151.735.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS	34.606.000,00	0,00	34.606.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITACAO	6.230.500,00	1.365.000,00	7.595.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	12.571.000,00	0,00	12.571.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	1.529.000,00	0,00	1.529.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	3.803.000,00	0,00	3.803.000,00
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJAMENTO DESENV	18.402.000,00	0,00	18.402.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ACOO SOCIAL	0,00	19.375.000,00	19.375.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANCA E DEFE	17.698.000,00	0,00	17.698.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	3.381.000,00	0,00	3.381.000,00
SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, ABASTECIM	2.428.000,00	0,00	2.428.000,00
OUVIADORIA PUBLICA DO MUNICIPIO	788.600,00	0,00	788.600,00
APC MUN. MODIFICACAO UNID. E SISTEMA VIARIO	14.375.800,00	0,00	14.375.800,00
SECRETARIA MUN. MANUTENCAO E PAISAGISMO	6.002.000,00	0,00	6.002.000,00
Total da Administracao Direta	376.671.500,00	21.974.000,00	398.645.500,00
2 - ADMINISTRACAO INDIRETA			
03- FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE	448.660,00	156.528.600,00	156.977.260,00
04- DEPARTAMENTO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - DAAG	91.444.600,00	0,00	91.444.600,00
05- ARQUIVO PUBLICO E HISTORICO DE RIO CLARO	1.126.000,00	0,00	1.126.000,00
06- FUNDACAO ULISSES SILVEIRA CUIVAREAS	690.000,00	0,00	690.000,00
07- INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO CLARO	0,00	11.571.000,00	11.571.000,00
Total da Administracao Indireta	93.309.260,00	168.099.600,00	261.408.860,00
3 - RESERVA DE CONTINGENCIA			
Reserva de Contingencia	77.164.160,00	0,00	77.164.160,00
Total do Municipio	547.544.920,00	190.073.680,00	737.618.600,00



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

III - POR FUNÇÕES:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
01 - LEGISLATIVA	25.200.000,00	0,00	25.200.000,00
04 - ADMINISTRACAO	63.748.600,00	0,00	63.748.600,00
05 - DESPESA NACIONAL	421.500,00	0,00	421.500,00
06 - SEGURANCA PUBLICA	17.698.000,00	0,00	17.698.000,00
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	21.974.000,00	21.974.000,00
09 - PROVIDENCIA SOCIAL	0,00	11.571.000,00	11.571.000,00
10 - SAUDE	0,00	156.528.680,00	156.528.680,00
12 - EDUCACAO	151.735.000,00	0,00	151.735.000,00
13 - CULTURA	4.538.000,00	0,00	4.538.000,00
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	792.600,00	0,00	792.600,00
15 - URBANISMO	51.756.800,00	0,00	51.756.800,00
16 - HABITACAO	6.230.500,00	0,00	6.230.500,00
17 - SANEAMENTO	91.444.600,00	0,00	91.444.600,00
18 - GESTAO AMBIENTAL	40.000,00	0,00	40.000,00
20 - AGRICULTURA	2.770.000,00	0,00	2.770.000,00
22 - INDUSTRIA	40.000,00	0,00	40.000,00
23 - COMERCIO E SERVICOS	4.915.000,00	0,00	4.915.000,00
24 - COMUNICACOES	30.000,00	0,00	30.000,00
25 - ENERGIA	11.650.000,00	0,00	11.650.000,00
26 - TRANSPORTE	5.910.500,00	0,00	5.910.500,00
27 - ESPORTO E LAZER	12.571.000,00	0,00	12.571.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	18.868.660,00	0,00	18.868.660,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	77.164.160,00	0,00	77.164.160,00
Total do Município	547.544.920,00	190.073.680,00	737.618.600,00

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 6o - Fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares em reforço as dotações contidas nesta lei, mediante o uso dos recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal no. 4.320/1964, observados os limites:

I - de 20 % (vinte por cento) do total da despesa fixada, constante do artigo 4o. desta Lei; e

II - do valor da dotação consignada como Reserva de Contingencia, para cumprir as determinações dos artigos 5o. III, "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, 91 do Decreto-Lei no. 200/1967 e 8o. da Portaria Interministerial STN/SOF no. 163/2001.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Paragrafo único - A dotação consignada como Reserva de Contingencia servirá igualmente para cobrir a abertura de Créditos Adicionais Especiais, autorizadas em lei.

Artigo 7o - Além do disposto no artigo anterior, fica o Executivo igualmente autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2016, nos termos do artigo 43, paragrafo 1o., inciso I e II, da Lei 4.320/64;

II - vinculados a operações de credito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Divida" e "Amortização da Divida", ate o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, e quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, ate o limite de 20% (vinte por cento) da soma dos valores dos grupos de despesa;

IV - destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do artigo 43, paragrafo 1o., inciso III, da Lei 4.320/64, até o limite de 1/3 (um terço) da receita prevista para o exercício;

V - destinados a cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, até o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias, somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício;



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

VI - destinados a cobrir insuficiências no âmbito do programa de previdência municipal, ate o limite de 20% (vinte por cento) de cada uma de suas ações.

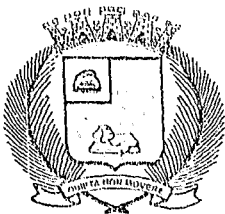
Artigo 8 - Nas aberturas dos créditos adicionais de que tratam os artigos 6o e 7o, bem como nas transposições, remanejamentos e transferências de que trata o artigo 167 da Constituição, fica vedada a anulação parcial ou total de dotações provenientes de emendas individuais, efetuadas na forma e condições prescritas nos parágrafos 9o., 10 e 11 do artigo 166 da Constituição.

Paragrafo 1o. Não se aplica a proibição contida no "caput", em relação à parte excedente, no caso das emendas individuais parlamentares ultrapassarem o limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da Receita Corrente Liquida do exercício de 2015, ou não observarem a divisão do limite estipulado no Paragrafo 9o., do artigo 166 da Constituição.

Paragrafo 2o. Ate 30 dias apos a publicação desta lei, o Poder Executivo informara o Poder Legislativo, quando for o caso, que a Receita Corrente Liquida de 2015 e menor do que a Receita Corrente Liquida estimada para 2016, e quais os valores totais a serem considerados como de execução obrigatória e não obrigatória.

Paragrafo 3o. Recebido esse informe, o Poder Legislativo indicara ao Executivo no prazo de 15 (quinze) dias, como deverão ser consideradas as emendas para efeito do Paragrafo 11 do artigo 166 da Constituição.

Paragrafo 4o. Não recebendo a indicação prevista no paragrafo anterior, o Executivo reduzira as dotações decorrentes das emendas individuais de maneira proporcional à variação para menos da Receita Corrente Liquida estimada para 2016 e a efetivamente ocorrida em 2015, salvo quando isso inviabilizar tecnicamente a realização da despesa no exercício, hipótese em que a solução devera ser dada na forma do artigo seguinte.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Artigo 9o - Os créditos orçamentários com dotações inseridas ou aumentadas por emendas parlamentares individuais são de execução obrigatória no exercício ate o limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da Receita Corrente Líquida efetivamente ocorrida em 2015, observada a meação determinada no paragrafo 9o. do artigo 166 da Constituição e salvo quando houver impedimentos de ordem técnica.

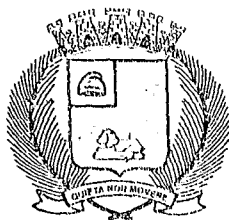
Paragrafo 1o. Na ocorrência de impedimento de ordem técnica, serão adotadas as medidas previstas no Paragrafo 14 do artigo 166 da Constituição.

Paragrafo 2o. No caso de a Câmara Municipal não deliberar sobre o projeto referido no inciso III do Paragrafo 14 do referido artigo 166, o Poder Executivo remanejara as dotações com impedimentos justificados para outros créditos, mediante suplementações ou transposições conforme o caso, que ali não mais serão de execução obrigatória, mas tendo sempre a menção de que os recursos são provenientes de emendas parlamentares.

Paragrafo 3o. Se for verificado pelo Executivo que o comportamento da receita e da despesa durante o exercício poderá levar ao descumprimento das metas de resultado fiscal, o montante de execução obrigatória das emendas parlamentares previstas no Paragrafo 11 do artigo 166 da Constituição poderá ser reduzido na mesma proporção da limitação de empenhos que vier a ser imposta na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 8o.).

Artigo 10 - Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de credito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar No. 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 11 - As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Artigo 12 - As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram-se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Artigo 13 - As transferências financeiras da Administração Direta para a Indireta, incluídas as efetuadas para a Câmara Municipal, e vice-versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Artigo 14 - Esta Lei entrara em vigor em 1o. de janeiro de 2016.

RIO CLARO, 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ENG. PALMINIO ALTIMARI FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

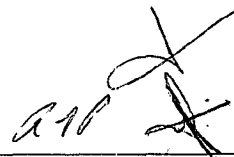
Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 125, REFERENTE AO PROJETO
DE LEI Nº 125/2015 – PROCESSO Nº 14487-474-15.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 125/2015, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a Estimativa da Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício de 2016.

Inicialmente, necessário salientar que não cabe a esta Procuradoria Jurídica emitir Parecer sobre o mérito da presente proposição, tendo em vista que a matéria é afeta ao setor técnico da administração financeira, orçamentária, contábil, arrecadação (operacional), sendo que os valores e as metas ali inseridos são questões que fogem à área jurídica.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

No tocante ao aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte: a competência de iniciativa da referida matéria é exclusiva do Poder Executivo Municipal, a teor do que dispõe os artigos 46, inciso IV, 79, inciso XX, 169, inciso III e art. 180, todos da Lei Orgânica do Município de Rio Claro e art. 61, §1º, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal.

Não obstante, a LOMRC também estabelece que:

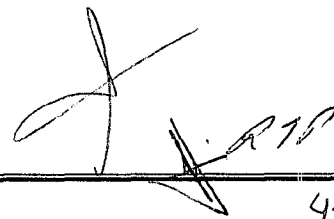
“Art. 8º - O Município tem como competência privativa:

...

II - legislar sobre o plano plurianual de investimento, diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado.”

Além disso, a peça orçamentária deve respeitar o que estabelece a Lei Federal nº. 4320/64, a Lei Complementar Federal nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, bem como os artigos 169 a 181 da LOMRC.

O Projeto de Lei em questão foi enviado à Câmara Municipal dentro do prazo que permite à mesma proceder a sua votação, ou seja, até o dia 30 de setembro (art. 180, § 3º, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro), sendo válido o seu recebimento.



41

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Diante do exposto, considerando que a competência de iniciativa para a propositura da referida matéria é do Poder Executivo e tendo ingressado nesta Casa Legislativa dentro do prazo legal, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de legalidade.


Rio Claro, 16 de outubro de 2015.



Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

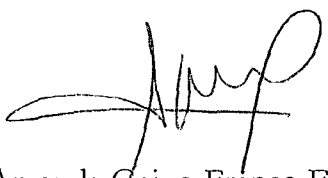
OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Pentead

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624



Amanda Gai

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 125/2015

PROCESSO nº 14.487


PARECER Nº 029/2015

O referido projeto de autoria do Senhor Prefeito Municipal, Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o **Exercício de 2016**, sendo elaborado em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º, do artigo 165, da Constituição Federal, ao artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000) e Lei nº 4.320/1964, bem como a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

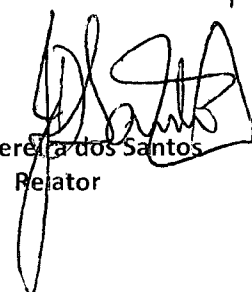
O Valor estimado e fixado para o orçamento municipal é de R\$ 737.618.600,00 (setecentos e trinta e sete milhões, seiscentos e dezoito mil e seiscentos reais).

Esta Comissão nada tem a opor, aguardando a apreciação do mesmo pelos dignos Vereadores em Plenário.

Rio Claro, 22 de outubro de 2015.



Maria do Carmo Guilherme



José Pereira dos Santos
Relator

João Teixeira Junior

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 198/2013

PROCESSO Nº 13855

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Dispõe sobre a autorização para a prefeitura municipal a instalar sistema de gravação por câmeras de vídeo nos asilos, casas de repouso, creches, escolas de ensino fundamental, berçários municipais e afins e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica autorizado a Prefeitura Municipal a instalar, nos asilos, casas de repouso, creches, escolas de ensino fundamental, berçários municipais e estabelecimentos similares, sistema de gravação por câmeras de vídeo monitoradas por profissional.

Parágrafo 1º - Devem ser instaladas quantas câmeras forem necessárias para a captação de imagens de toda a área do local, inclusive as áreas de lazer.

Parágrafo 2º - As imagens devem ser gravadas e armazenadas pelo período mínimo de 6 (seis) meses e disponibilizadas a quem solicitar, seja autoridades, seja familiares e afins.

Artigo 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, quando necessário.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 30/11/2015 –
Maioria Simples.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 086/2015

PROCESSO Nº 14424

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Revoga o artigo 21 e seu Parágrafo Único da Lei 4829/2014).

Artigo 1º - Ficam revogados em todos os seus termos o Artigo 21 e seu Parágrafo Único da Lei nº 4829, de 23 de dezembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 11 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 16/11/2015 – 2/3.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2015

PROCESSO Nº 14460

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(Altera dispositivos da Lei Complementar 091 de 22 de dezembro de 2014 e dá outras providências).

Artigo 1º - O § 8º do Artigo 7º da Lei Complementar 091/2014 passa a ter a seguinte redação:

"§ 8º - Os servidores efetivos que ocupam ou ocuparam cargo comissionado ou função de confiança, na data da promulgação da presente Lei Complementar, que se enquadrarem nas regras temporais (quatro anos consecutivos ou oito anos intercalados) do § 5º, perceberão a incorporação devida em parcela destacada."

Artigo 2º - Fica acrescentado o § 10º ao Artigo 7º da Lei Complementar 091/2014:

"§ 10º - Para a aquisição do direito à incorporação prevista no § 5º, serão considerados os 4 (quatro) anos consecutivos ou 8 (oito) anos intercalados sempre no mesmo cargo."

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 09 votos favoráveis e 02 contrários em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 30/11/2015 – Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2015

PROCESSO Nº 14461

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(Altera dispositivos da Lei Complementar 093 de 22 de dezembro de 2014 e dá outras providências).

Artigo 1º - O § 8º do Artigo 12 da Lei Complementar 093/2014 passa a ter a seguinte redação:

"§ 8º - Os servidores efetivos que ocupam ou ocuparam cargo comissionado ou função de confiança, na data da promulgação da presente Lei Complementar, que se enquadrarem nas regras temporais (quatro anos consecutivos ou oito anos intercalados) do § 5º, perceberão a incorporação devida em parcela destacada."

Artigo 2º - Fica acrescentado o § 10º no Artigo 12 da Lei Complementar 093/2014:

"§ 10º - Para a aquisição do direito à incorporação prevista no § 5º, serão considerados os 4 (quatro) anos consecutivos ou 8 (oito) anos intercalados sempre no mesmo cargo."

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 09 votos favoráveis e 02 contrários em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 30/11/2015 – Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 112/2015

PROCESSO Nº 14462

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(Altera dispositivos da Lei Complementar 023 de 20 de setembro de 2007 e dá outras providências).

Artigo 1º - O Artigo 70 da Lei Complementar 023/2007, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 70 - O Superintendente será escolhido e nomeado pelo Chefe do Executivo, oriundo de uma lista triplíce composta pelos três servidores efetivos mais votados em pleito para eleição de Superintendente, eleitos por voto secreto e direto pelos segurados ativos e inativos, através do competente processo eleitoral previamente divulgado observado o disposto no Art. 83 desta Lei Complementar.

§ 1º - As condições mínimas para o servidor concorrer ao cargo de Superintendente estão previstas no Anexo III desta Lei Complementar.

§ 2º

§ 3º

Artigo 2º - O Art. 73 da Lei Complementar 023/2007, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 73 - O Conselho Deliberativo será composto por 7 (sete) membros eleitos por voto secreto e direto, durante o mês de março, pelos segurados ativos e inativos, através do competente processo eleitoral previamente divulgado, sendo o mais votado eleito Presidente e o segundo mais votado eleito Secretário.

§ 1º -

§ 2º - Os mandatos do Superintendente do Instituto, dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, serão de 4 (quatro) anos, permitida apenas uma reeleição, ainda que tenham renunciados a seu mandato.

§ 3º -

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

§ 4º -

§ 5º -

§ 6º -

§ 7º -

§ 8º

Artigo 3º - O Art. 79 da Lei Complementar 023/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 79 - As eleições para Superintendente do Instituto e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão realizados até o dia 31 de março, de forma independente entre si"

Artigo 4º - O Art. 80 da Lei Complementar 023/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 80 - Para a eleição de membros do Conselho Deliberativo, consideram-se eleitos os 7 (sete) primeiros classificados mais votados, devendo os demais serem considerados suplentes."

Artigo 5º - O Art. 81 da Lei Complementar 023/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 81 - Para eleição de membros do Conselho Fiscal, consideram-se eleitos os 5 (cinco) primeiros classificados mais votados, devendo os demais serem considerados suplentes."

Artigo 6º - Fica criado o ANEXO III na Lei Complementar nº 023, de 20 de setembro de 2.007.

ANEXO III – REQUISITOS PARA O CARGO DE SUPERINTENDENTE ART. 70

- A) Ser servidor público municipal;
- B) Ter no mínimo 4 (quatro) anos de contribuição ao IPRC e estar gozando da estabilidade prevista no artigo 41, caput, da Constituição Federal;
- C) Possuir nível superior;
- D) Ter sido aprovado em exame de certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido neste item

D.1) Economia e Finanças-

Conceitos básicos

Política Monetária, fiscal e cambial

Índices e Indicadores

Taxas de juros nominal, real, equivalente

Capitalização

Índices de referência (benchmark)

D.2) SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Autoridades monetárias
Tesouro Nacional
Banco Central do Brasil
Comissão de Valores Imobiliários
Órgãos Reguladores

D.3) Instituições e Intermediários Financeiros

Bancos Comerciais, de Investimento e Múltiplos
Crédito Imobiliário
Financeiras
Corretoras de Valores, de câmbio e de mercadorias
Distribuidoras de valores
Bolsas de valores – BOVESPA
Bolsa de mercadorias – BM&F

D.4) MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Primário (underwriting) e mercado secundário
Ativos de emissão das companhias – ações, debêntures, comercial, papers, bônus
Governança corporativa – novo mercado; nível 1 e nível 2
Mercados a vista, a termo e de opções
Volatilidade – conceito
Rentabilidade e riscos dos investimentos
Aspectos tributários
Liquidação de operações em bolsas de valores

D.5) MERCADO FINANCEIRO

Títulos de renda fixa
Títulos Públicos e Privados
Operações definitivas e compromissadas
Negociação, liquidação e custódia – CETIP/SELIC
Marcação a mercado da carteira de ativos
Rentabilidade e riscos dos investimentos
Aspectos tributários

D.6) MERCADO DE DERIVATIVOS

Conceituação de derivativos
Estrutura operacional da BM&F
Mecânica operacional dos mercados futuros, a termo, de opções e swaps
Contratos derivativos financeiros e de agropecuários
Rentabilidade e riscos dos investimentos
Aspectos tributários